

Uma análise crítica ao uso de animais para fins didáticos: uma abordagem abolicionista

A critical analysis of the use of animals for educational purposes: an abolitionist approach

Bárbara Betuyaku Schittini

Universidade Federal da Bahia
b.schittini@gmail.com

Rosiléia Oliveira de Almeida

Universidade Federal da Bahia
rosileiaoalmeida@hotmail.com

Nei de Freitas Nunes Neto

Universidade Federal da Grande Dourados
nunesneto@gmail.com

Resumo

A utilização de animais vertebrados e invertebrados para fins científicos ocorre em larga escala em práticas didático-científicas. É um tema que traz opiniões controversas no meio acadêmico e que tem sido pouco discutido nas disciplinas que utilizam essa prática. O presente estudo, de cunho teórico, foi desenvolvido no contexto de uma pesquisa de mestrado, tendo como objetivo apresentar um ensaio teórico de referência sobre o uso de animais no ensino a partir de um viés crítico e ressaltar a relevância das discussões sobre o tema na academia para contribuir para uma melhor qualidade de ensino visando o respeito aos direitos animais. Concluímos que há necessidade de uma discussão sobre questões éticas em sala de aula, a fim de contribuir na formação de alunos mais críticos e responsáveis, assim como estabelecer o uso de métodos alternativos, já que estes geram um aprendizado similar ou superior ao método tradicional.

Palavras chave: uso de animais, ensino, direito animal, ética, métodos alternativos.

Abstract

The use of vertebrates and invertebrates for scientific purposes occurs on a large scale in didactic-scientific practices. It is a subject that brings controversial opinions in the academic environment and that has been little discussed in the disciplines that use this practice. The present theoretical study was developed in the context of a masters study, aiming to present a theoretical reference essay on the use of animals in teaching from a critical bias and to emphasize the relevance of the discussions on the subject in the academy to contribute to a

better quality of teaching aiming at respect for animal rights. We conclude that there is a need for a discussion about ethical issues in the classroom, in order to contribute to the formation of more critical and responsible students, as well as to establish the use of alternative methods, since these generate a learning similar or superior to the traditional method.

Key words: use of animals, teaching, animal law, ethics, alternative methods.

Introdução

O uso de animais para fins exploratórios e didáticos é realizado desde a Antiguidade. Na Grécia Antiga, por exemplo, destacam-se Hipócrates (c450 a.C.) e suas relações didáticas entre o aspecto de órgãos humanos doentes com o de animais, e Pitágoras (582-500 a.C.) e seus estudos e hipóteses sobre o funcionamento de órgãos de animais (MENEZES, 2002).

Essa prática, normalmente está inserida em uma filosofia antropocêntrica, utilizando argumentos a fim de excluir os animais não-humanos do círculo de consideração moral, exclusivo dos humanos. O círculo de consideração moral é a fronteira traçada em torno de entidades (espécies, etnias, gênero sexual, etc.) concebidas como dignas de compartilhar a mesma consideração moral do agente (SINGER, 2011). Uma sistematização do antropocentrismo ocorreu no século XVII, através do filósofo René Descartes, que considerava animais não-humanos como autômatos, ou seja, seres sem almas e que, por isso, eram incapazes de sofrer ou sentir dor (RIVERA, 2002).

A partir do século XVIII, o médico e fisiologista Claude Bernard defendeu o uso de animais, alegando que a ciência só poderia ser produzida a partir de experimentos e que o sacrifício de algumas vidas animais poderia salvar vidas humanas. Na mesma época, a comunidade acadêmica estava refletindo sobre a publicação do livro “A Origem das Espécies” de Charles Darwin, a proposta da teoria da evolução e suas consequências - tanto científicas, quanto sociais e éticas. A teoria darwiniana não sustenta a ideia de superioridade biológica humana, já que a evolução é explicada através de uma ramificação não direcional, sem a ideia de progresso entre os organismos. Dessa forma, o ser humano é reconhecido apenas como mais um animal, impossibilitando uma distinção moral que os abarque de forma exclusiva (RIVERA, 2002).

No século seguinte, em meio às reflexões sociais da década de 1970, o livro “Libertação Animal” (SINGER, 2004) popularizou o movimento em prol dos direitos dos animais e os questionamentos sobre sua utilização para fins humanos. A obra trouxe uma visão crítica e filosófica sobre as condições dos animais para o usufruto humano, o bem-estar, valores e direitos dos animais (MELGAÇO, 2011; TREZ; NAKADA, 2008).

Ainda assim, o uso de animais permaneceu comum entre anatomistas para fins investigativos (GOLDIM; RAYMUNDO, 1997) e, atualmente, mantém-se de forma recorrente em práticas didáticas de muitos cursos universitários voltados para a área da saúde. As reflexões éticas sobre o uso de animais no ensino ainda são insuficientes dentro do meio acadêmico e há poucas informações sobre métodos alternativos acessíveis aos docentes e discentes. Diante do crescente alcance de discussões sobre direitos dos animais e da escassez de informações relacionadas ao uso de animais no ensino, este artigo traz um ensaio teórico de referência sobre o tema, que contribuiu para constituir o suporte teórico de pesquisa empírica, em desenvolvimento, que trata do uso de animais vivos nas práticas didático-pedagógicas.

Esse trabalho foi dividido em 3 seções, sendo elas: (i) abordagem sobre as práticas que

usam animais no ensino, as consequências do uso, a legislação no Brasil e o critério de consideração moral em relação aos animais; (ii) abordagem sobre as práticas alternativas, em que citamos alguns exemplos de métodos substitutivos e a importância da implementação de seu uso no meio acadêmico, de modo a substituir os métodos tradicionais; e, por fim, (iii) a conclusão da revisão teórica do presente estudo, sistematizando o panorama do uso de animais para fins didáticos, e direcionando para possíveis implicações para o campo da Educação em Ciências.

Práticas tradicionais com o uso de animais no ensino

Existem muitas práticas de uso de animais com propósitos didáticos. Os tipos de práticas mais comumente utilizadas são: observação da fisiologia, eventos comportamentais que podem ser influenciados por substâncias químicas, desenvolvimento de habilidades e técnicas cirúrgicas, obtenção de células ou tecidos, etc. (GREIF, 2003).

Apenas ao fim do século XX e início do século XXI que diversas publicações começaram a problematizar o assunto (TREZ; GREIF, 2000; GREIF, 2003; FELIPE, 2014). As discussões retratam as problemáticas da vivissecção, a redução de animais sencientes em objetos descartáveis, a neutralidade ética dos sujeitos, a “normalização” da prática acrítica no meio acadêmico (LIMA, 2008) e a falta de desafio do *status quo* vigente (GREIF, 2003).

Muitas consequências resultam desse ensino acrítico, sendo uma delas a dessensibilização do aluno, ou seja, a naturalização e banalização do sofrimento e vida do animal em prol das aulas (LIMA, 2008; MELGAÇO, 2010). O aluno é levado a aprender, durante o percurso da graduação, que a utilização do animal é necessária, diminuindo o instinto de compaixão e estimulando um raciocínio apático. A dessensibilização pode estimular atividades agressivas com animais em outras ocasiões, afetando, conseqüentemente, a construção desse sujeito no contexto pessoal e profissional (GREIF, 2003).

A manipulação animal para fins didáticos deve ser questionada não só pela comunidade científica como pela sociedade civil (GREIF; TREZ, 2000). As atividades deveriam ser problematizadas, considerando os aspectos éticos das técnicas (TRÉZ; BACHINSKI, 2013), para que haja criação de normas para promover direitos e bem-estar animal. O princípio ético de Singer (2004) atua de forma central na consideração dos interesses dos animais, pois compreende o círculo de consideração moral para animais de outras espécies além da humana, permitindo uma expansão desse círculo para animais sencientes (capazes de ter percepções conscientes, como alegria, dor, etc.) (FELIPE, 2014). Esse critério é uma das justificativas de se prezar o direito dos animais e não os utilizar em aulas didáticas que os prejudiquem ou não respeitam os seus interesses.

No Brasil, o princípio da normatização do uso de animais no ensino foi a Lei 6.638, de 08 de maio de 1979, que determinou que centros de pesquisas que usam ou criam animais devem ser registrados em órgão competente e por ele autorizados a funcionar, estabelecendo as normas para a prática didático-científica (BRASIL, 1979). Estas normas estipulam que somente estabelecimentos de Ensino Superior podem realizar atividades didáticas com animais. Apesar da lei ter sido implementada, essas normas nunca foram regulamentadas, e muitas instituições mantiveram a realização de práticas com animais, vivissecção sem anestesia, ou não registraram e não possuíam supervisão de técnicos especializados após sua formalização. Se, em outros países, as leis geralmente são mais rigorosas e, mesmo seguidas, ocorrem falhas, no Brasil a situação é mais crítica, pois as leis acabam deixando muitas lacunas e são pouco fiscalizadas (GREIF; TRÉZ, 2000).

Apenas em outubro de 2008 a Lei 6.638 foi revogado após a sanção da Lei Federal nº 11.794 (BRASIL, 2008). Essa Lei, conhecida como Lei Arouca, regulamenta a utilização e

criação de animais em atividades de ensino e pesquisa científica no Brasil (LAMOUNIER, 2015) e prioriza procedimentos didáticos que diminuam o sofrimento animal, ou que reutilizem o mesmo material em forma de registro (fotografias, vídeos, etc.). Entretanto, ainda que tenha sido um relativo avanço para o direito animal em comparação à lei anterior, continua não explorando outros métodos alternativos (BRASIL, 2008).

Para Greif (2007) e alguns defensores dos direitos dos animais, a Lei Arouca não trouxe nenhum benefício para os animais, apenas criou regras que permitem determinadas formas de utilização e que servem como argumento para a continuidade do uso quando este é questionado pela sociedade. Portanto, é perceptível que a Lei não promove a normatização e melhoria nas condições de vida do animal, e acaba beneficiando o pesquisador para manter a sua utilização em suas pesquisas ou práticas didáticas, mesmo que existam possibilidades alternativas que não promovam o sofrimento animal.

Práticas alternativas ao uso de animais no ensino

No ensino, os métodos alternativos são as ferramentas educativas que têm por objetivo substituir o uso animal por um material eficaz e humanitário, refinando a metodologia de forma a diminuir a dor ou sofrimento deles (ANDRADE; CORREIA; OLIVEIRA, 2006; MELGAÇO, 2011). Como o termo “alternativo” sugere uma alternância do emprego dos métodos com e sem o uso do animal, o termo mais apropriado seria “substitutivo”, já que defendemos uma prática abolicionista. Alguns exemplos de métodos substitutivos são: filmes e vídeos, modelos, simulação computacional, trabalho clínico com animais reais voluntários, uso de cadáveres de morte natural, entre outros (JUKES; CHIUIA, 2003).

O uso de métodos alternativos traz diversos benefícios se comparados aos métodos tradicionais: permitem aos alunos aprenderem no próprio ritmo, já que podem repetir quantas vezes quiserem o treinamento em um material não-vivo; não causa estresse, desconforto e dessensibilização dos alunos por estarem manipulando um animal; e, a longo prazo, mostra-se um material mais econômico, pois não envolve a construção, instalação e manutenção de biotérios por parte da instituição (TREZ, 2012). Além disso, muitos estudos demonstram que a eficácia de aprendizado é similar à de métodos tradicionais (DINIZ et al., 2006; SARAIVA et al., 2016).

Levando-se em conta a natureza da universidade como espaço questionador e seu papel como participante ativa no contexto social, político, econômico e ideológico, os cursos de nível superior precisam evoluir juntamente com a sociedade, de forma a dar respostas contextualizadas às questões atuais (MOSQUERA, 2006). Entretanto, enquanto todas as universidades nos EUA e no Canadá interromperam a utilização de animais no ensino dos cursos de medicina, adotando métodos alternativos (SIMKIN et al., 2017), as universidades brasileiras continuam atrasadas no debate (GRISARD, 2009). Essa resistência das universidades brasileiras se relaciona tanto ao meio acadêmico, ao não tratar sobre ética no currículo (GRISARD, 2009), quanto ao posicionamento político, como no caso das universidades estaduais paulistas que pediram veto ao projeto de lei que visava a proibição do uso de animais no ensino (ESCOBAR, 2017).

Por outro lado, atitudes de discentes, docentes e de entidades protetoras de animais têm causado certo impacto no avanço de práticas alternativas em universidades brasileiras (NAOE, 2016). Casos exemplares são os da FAMED - UFRS que, em 2007, aboliu o uso de animais no ensino pela pressão dos alunos, que desejavam aulas mais éticas, e das entidades protetoras dos animais (NENÊ, 2009) e a Psicologia da PUC-PR, que, em 2012, substituiu o uso de ratos por programas de computador (CASTRO, 2012).

Entretanto, ainda que haja um crescimento na mobilização de docentes, discentes e de

entidades protetoras dos animais em relação ao uso de animais no ensino, os avanços ainda se mostram discretos e incipientes. Isso decorre, principalmente, da falta de uma legislação menos permissiva, da falta de informação e de discussões sobre alternativas ao uso de animais no ensino, e da falta de investimentos em recursos alternativos para as práticas (GREIF; TRÉZ, 2000).

Conclusão

Diante dessa revisão teórica percebemos a influência da visão antropocêntrica que cultivamos até hoje e como ela está intrincada em muitas de nossas atividades. O uso de animais no ensino é fundamentado em uma perspectiva científica conservadora. Essa perspectiva apresenta lacunas na abordagem sobre ética animal, com poucas inovações e melhorias para o aprendizado do aluno, gerando a demanda por práticas didáticas mais responsáveis e críticas (MELGAÇO, 2011).

Consideramos que essa análise teórica possa ser um potencializador na fundamentação de discussões críticas de professores, alunos e instituições, assim como, ativistas e profissionais de direito animal, promovendo também o desenvolvimento de projetos pedagógicos e novos projetos de leis que visem a abolição do uso de animais no ensino.

Agradecimentos e apoios

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Referências

ANDRADE, A.; CORREIA, S.; OLIVEIRA, R. S. **Animais de laboratório: criação e experimentação**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

BRASIL. Lei Federal nº 6.638, de maio de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6638.htm> Acesso em: 16 set 2018

BRASIL. Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=09/10/2008>> Acesso em: 16 set 2018.

CASTRO, F. **Programa de computador substitui ratos em laboratório de faculdade**. G1, 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2012/09/programa-decomputador-substitui-ratos-em-laboratorio-de-faculdade.html>> Acesso em 2 set. 2018.

CONRADO, D. M.; NUNES-NETO, N. **Questões sociocientíficas: fundamentos, propostas de ensino e perspectivas para ações sociopolíticas**. 1ª ed. Salvador: EDUFBA, 2018.

DINIZ, R. et al. Animais em aulas práticas: podemos substituí-los com a mesma qualidade de ensino? **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 30, n. 2, p. 31-41, 2006.

ESCOBAR, H. **Governador veta lei que proibiria uso de animais no ensino em São Paulo**. Estadão. 2017. Disponível em: <http://ciencia.estadao.com.br/blogs/her-ton-escobar/governador-veta-lei-que-proibiria-uso-de-animais-no-ensino-em-sao-paulo/>. Acesso em: 18 set. 2018.

FELIPE, S. T. **Ética e experimentação animal: fundamentos abolicionistas**. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

GOLDIM J. R.; RAYMUNDO, M. M. **Pesquisa em Saúde e os Direitos dos Animais**. 2ª ed. Porto Alegre: HCPA, 1997.

GREIF, S. **A questão da utilização científica de animais e a formação dos comitês de ética**. *Sentients Defesa Animal*. Jun, 2007. Disponível em: <<https://guiavegano.com.br/vegan/guia-vegano/artigos/ciencia-3/1467-a-questao-da-utilizacao-cientifica-de-animais-e-a-formacao-dos-comites-de-etica>> Acesso em: 11 set. 2018.

GREIF, S. **Alternativas ao uso de animais vivos na educação pela ciência responsável**. 1ª ed. São Paulo: Instituto Nina Rosa, 2003.

GREIF, S.; TRÉZ, T. **A verdadeira face da experimentação animal**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Sociedade Educacional “Fala Bicho”, 2000.

GRISARD, N. Ética médica e bioética: a disciplina em falta na graduação médica. **Revista Bioética**, v. 10, n. 1, p. 97-114, 2009.

JUKES, N.; CHIUIA, M. **From guinea pig to computer mouse: alternative methods for a progressive, humane education**. 2ª ed. InterNICHE, 2006.

LAMOUNIER, C. G. B. **O processo de construção da lei 11.794/2008 (Lei Arouca)**. 89 f. Monografia (Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

LIMA, K. E. et al. Conflito ou convergência? Percepções de professores e licenciandos sobre ética no uso de animais no ensino de zoologia. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 13, n. 3, p. 353-369, 2008.

LIMA, W. T. Entendimento humano da experimentação animal. **Ciência & Cultura**, v. 60, n. 2, p. 26-27, 2008.

MELGAÇO, I. C. P. P. S.; MEIRELLES, R. M. S.; CASTRO, H. C. O Ensino de Ciências e a Experimentação Animal: As Concepções de Calouros das Ciências Biológicas sobre o uso de Animais em Práticas Didático-científicas. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 3, n. 2, p. 167-179, 2010.

MENEZES, H. S. Ética e pesquisa em animais. **Revista Amrigs**, v. 46, n. 3, p. 4, 2002.

MOSQUERA, J. J. M. Princípios da universidade no século XXI: universidade e produção do conhecimento. In: AUDY, J. L. N.; MOROSINI, M. C. (Org.) **Inovação e empreendedorismo na universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS; 2006. p. 79-88.

NAOE, A. **Novos métodos substituem o uso de animais vivos nas aulas de veterinária**. USP online, 2016. Disponível em: <<http://www5.usp.br/106344/novos-metodos-substituem-uso-de-animais-vivos-no-ensino-da-veterinaria/>>. Acesso em: 18 set. 2018.

NENÊ, U. **A Medicina da UFRGS ensina sem usar animais**. Eco Agência, 13 jul. 2009. Disponível em <<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id===AUUF0d>>. Acesso em: 18 set. 2018.

RIVERA, E. A. B. Ética na Experimental Animal. In: ANDRADE, A.; PINTO, S.; OLIVEIRA, R. (Org.). **Animais de Laboratório, criação e experimentação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

SARAIVA, T. V. et al. Atendimento à Lei Arouca no Ensino de Farmacologia no Curso de Medicina, UFC, Sobral. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 40, n. 1, p. 138-143, 2016.

SIMKIN, D.J. et al. The Death of Animals in Medical School. **The New England journal of medicine**, v. 376, n. 8, p.713-715, 2017.

SINGER, P. **Libertação animal**. Porto Alegre/São Paulo: Lugano, 2004.

SINGER, Peter. **The expanding circle: Ethics, evolution, and moral progress**. Princeton: Princeton University Press, 2011.

TRÉZ, T. A. **O uso de animais no ensino e na pesquisa acadêmica: estilos de pensamento no fazer e ensinar ciência**. 2012. 538 f. Tese de Doutorado, UFSC, Santa Catarina, 2012.

TRÉZ, T. A.; NAKADA, J. I. L. Percepções acerca da experimentação animal como um indicador do paradigma antropocêntrico-especista entre professores e estudantes de Ciências Biológicas da UNIFAL-MG. **Alexandria: Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v. 1, n. 3, p. 3-28, 2008.

TRÉZ, T.A.; BACHINSKI, R. 1RNET promovendo a substituição do uso animais no ensino superior. 2013. Disponível em: <www.1rnet.org>. Acesso em 11 out. 2018.